

# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Abril/Maio/Junho 99 • Nº 38

## EDITORIAL

### 10 Anos!

Fáz 10 anos que a classe tomou a decisão histórica de constituir a ANS. Curiosamente, 10 anos depois, as Praças da Armada decidiram também constituir a sua associação. Pelo meio, foi criada a AOFA e a ANCE.

Como em 10 curtos anos tudo se transformou... Não está subjacente a este desabafo, verdadeiro desabafo, quaisquer paternalismos face às outras realidades associativas. Cada uma das citadas associações sabem muito bem o que pensamos, o que queremos e como nos comportamos perante os problemas. Mas, mesmo que queiramos, não podemos fugir aos factos. E um desses factos é que coube à classe o passo pioneiro, e passo esse tomado num encontro nacional com muitos milhares de sargentos. Ora, que melhor prenda de aniversário podemos pretender que não seja o de verificarmos que novas realidades associativas surgem e se desenvolvem? O de verificarmos, 10 anos depois, que a decisão então tomada é cada vez mais justa? Obrigado aos oficiais, aos contratados do Exército e, também, às praças da Armada, por nos fazerem sentir que valeu e vale a pena prosseguir o rumo traçado.

Como diz a canção "10 anos é muito tempo, muitos dias, muitas horas... a lutar" (a canção tinha de ter esta adaptação!). E tal só foi possível porque a classe, os Sargentos Portugueses (permitam as maiúsculas) têm sabido manter a sua unidade e determinação. Unidade contra os detractores conscientes e inconscientes. Unidade contra os provocadores. Unidade em torno dos objectivos fundamentais, discernindo entre o essencial e o acessório. E determinação, muita derterminação, na luta por uma vida melhor, mais digna social, profissional e materialmente. Afinal, aquilo a que aspira qualquer cidadão. E como cidadãos que somos, como homens e mulheres livres de um país democrático, também nos indignamos com as injustiças de que somos alvo. Para mais, injustiças que resultam de não nos ouvirem, de não levarem em consideração as nossas opiniões, de pretenderem que sejamos somente um número. Não somos! Temos sentimentos, opiniões, direitos e, sabemos-lo, também deveres.

Existimos há 10 anos e nunca foi posto em causa, em momento algum, a operacionalidade das FA's. E sobre coesão, que melhor prova de coesão a que tem vindo a ser construída no quadro do movimento associativo.

Comemoramos 10 anos de existência, num momento, mais um, em que foi aprovado um EMFAR sem auscultação de ninguém. ZERO! Revisão esta que, tal como está feita, vai criar adiante novos problemas, não só aos sargentos mas à Instituição. Em que o artigo 31 continua por rever, etc.

Enfim, comemoramos os 10 anos em luta pela dignidade e dignificação.

Comemoremos então o 10º aniversário. Vivam os sargentos! ●

## DIREITO À INDIGNAÇÃO

Os sargentos dos três ramos das Forças Armadas, no passado dia 12 de Maio, em todas as unidades militares do país, trocaram o almoço pelo Direito à Indignação, isto é, não compareceram à 2ª refeição.

Esta iniciativa, que veio a contar com a participação e solidariedade de grande parte dos oficiais dos três ramos e das praças da Armada, foi acolhida por mais de 13 mil militares. Pela unidade que gerou, pela forma disciplinada, serena e responsável como decorreu, bem se pode afirmar que este dia ficará para a história.

As motivações e razões que estiveram na sua génese encontram-se escritas num documento que a ANS enviou ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, Casa Militar da Presidência da República e ao Gabinete do General CEMGFA, documento esses que, pela sua importância, transcrevemos neste jornal.

Págs. 4 e 5



**Fernando Fontes eleito para o Comité Executivo da EUROMIL**

Pág. 2

**Campanha do Tijolo**

Pág. 8

**Praças da Armada criam associação**

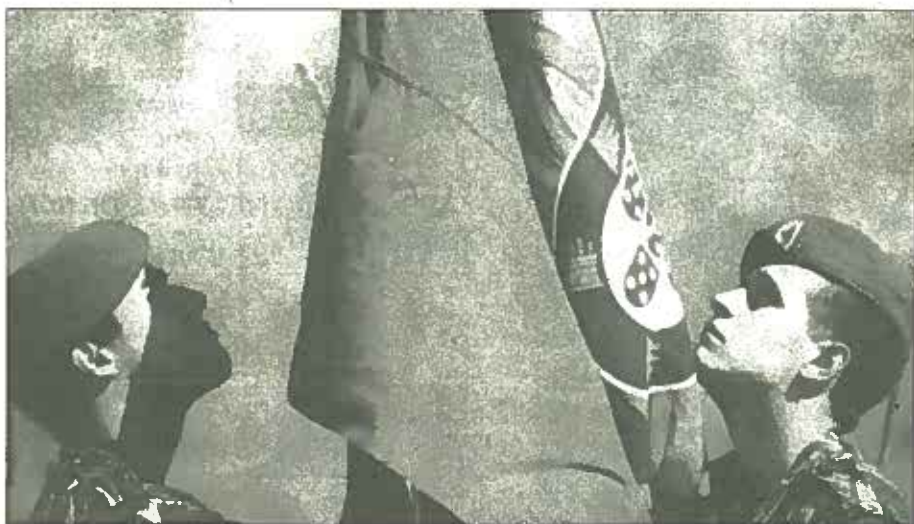
Pág. 2



# O EMFAR e o futuro das FFAA

Já aqui temos abordado o tema do futuro das FFAA. Agora, aprovada a nova redacção do EMFAR novos argumentos vêm reforçar as nossas preocupações. Mais uma vez há uma enorme distância entre aquilo que são os grandes objectivos estratégicos declarados e as medidas tendentes a implementá-los. Neste estatuto, documento vocacionado para estruturar os quadros dos meios humanos, esperava-se encontrar as linhas mestras para os alcançar. Deste estatuto, um documento estruturante, esperava-se até mais: que desse resposta àquele desiderato, resolvendo os problemas de carreira e funcionais detectados e que têm provocado a frustração e a desmotivação em gerações de militares.

Contudo, para evitar mal entendidos, é bom dizermos já que esta nova redacção contém alguns avanços, que correspondem a aspirações dos sargentos, como a atribuição de uma percentagem na contagem de tempo de serviço e a contagem do tempo de reserva como serviço efectivo para efeitos do cálculo da pensão de reforma, etc. Mas mesmo neste campo os avanços são tão débeis que frustam as expectativas criadas em três ou quatro anos sucessivos de boatos em torno daquilo a que chamaram *incentivos para a saída das fileiras*. Frustração, ainda, por mais uma vez, os militares não terem sido chamados a pronunciar-se sobre o documento que define as suas carreiras e vidas profissionais. Não foram consultados os órgãos representativos dos ramos - comissões consultivas na Marinha, conselhos de armas e serviços no Exército e conse-



lhos de especialidade na FAP - nem a vertente associativa da Família Militar, as associações de militares, contrariando promessas eleitorais.

Por outro lado, estes avanços que se destinam aos militares que se afastam das fileiras, não compensam os prejuízos provocados pelo retrocesso funcional e desvalorização profissional para os militares que continuarão a guarnecer as fileiras. Também não vêm responder à falta de perspectivas de carreira daqueles que já estavam destinados a ser ISAR vitalícios e ansiavam ver resposta à sua frustração neste documento.

Nós militares, homens disciplinados e respeitadores do direito que somos, mesmo perante este documento ainda nos interrogamos: será que este retrocesso funcional corresponde a uma necessidade das FFAA? Corresponde a medidas que vêm favorecer a operacionalidade das FFAA? Contém as medidas funcionais para, correspondendo aos avanços e mudanças de valores hierarquizantes da sociedade civil, salvaguardar a possibilidade da existência de inversões hierárquicas e das consequentes repercussões nas áreas da disciplina e da autoridade? A resposta a todas estas perguntas é não. Mas porque não é o nosso propósito abordar aqui, hoje, o tema por este prisma, dispensamo-nos de justificar a resposta.

Então, será que o documento responde aos objectivos estratégicos declarados de *modernização, reestruturação, profissionalização das FFAA*? Será que vem garantir de forma sustentada e não conjuntural a possibilidade de irmos a ter umas *FFAA jovens, modernas e dinâmicas*? (Alguém cá da

casa sabe, no concreto, o que serão estes objectivos?). Será que é coerente com o objectivo de diminuir a despesa com pessoal, de modo a crescer mais para o investimento, operacionalidade e manutenção? Será que vem criar as condições para que as forças operacionais especiais e de intervenção sejam guarnecidas por homens com idade e condição física óptimos para o cumprimento das missões atribuídas - até para evitar as dificuldades verificadas recentemente na constituição de uma força de intervenção no âmbito dos chamados compromissos internacionais - e criar os mecanismos para que estes homens, atingido o limite de idade para a condição operacional, possam ter um fim de carreira com a dignidade que merecem? Será que denota coordenação entre os ramos e entre este e o ministério que nos tutela, o que seria uma expectativa elementar? Também a resposta a estas perguntas é negativa.

Como pode este documento corresponder aqueles objectivos se eles não estão definidos? De facto continuam a não passar de sombras a bruxulear nas paredes da caverna alegórica de Platão. Continuam a não passar de chavões bonitos, do tipo cenoura que atrai mas não se agarra, que dão votos e mantêm uma série de gente envolta em papéis, a elaborar planos e mais planos sem nexos. Como já alguém observou num jornal, levando os jovens oficiais a escrever e debater os grandes problemas estratégicos, talvez a míngua de homens e meios para treinarem os aspetos tácticos que estão ao seu nível funcional, observamos nós.

Também o rejuvenescimento conseguido com medidas do tipo da promo-

ção ao posto imediato para os CTEN/MAJ que perfaçam 18 anos de permanência nos postos anterior e actual, é conjuntural, não garante rejuvenescimento sustentado, ilude a falta de mecanismos de progressão na carreira criando o problema passada a conjuntura criada, e representa um retrocesso funcional obrigando a rever os quadros orgânicos das unidades de modo a que os futuros CFRG/TCOR possam continuar a exercer os cargos actuais. Nada nos move contra esta medida. Antes pelo contrário, consideramos que ela deve ser extensiva aos três ramos e aos SAJ, tal como vai acontecer na FAP: porque se justifica de igual modo para os outros dois ramos; para não constituir mais uma discriminação e fonte de desigualdade de tratamento e para criar uma conjuntura favorável que permita, em conjunto com outras medidas, resolver de facto o problema do envelhecimento dos quadros. O que dizemos é que afinal, esta medida, **implementada isoladamente**, vai corresponder a uma promoção de uns quantos homens, mas também a uma despromoção funcional para alguns dos mesmos.

Não se entende a reestruturação da sub-categoria dos oficiais gerais e a possibilidade de alguns serem jubilados, sendo que os restantes militares não têm qualquer medida similar. Por outro lado, como entender estas medidas à luz da alegada pretensão de reduzir os custos com o pessoal? Os CLM terão grande dificuldade em justificar a falta de verbas propondo medidas deste tipo no novo EMFAR. Não se compreende como as conciliam com os seus projectos para os ramos. A menos que tenham acreditado em promessas para a sua sustentação financeira, com aumento das respectivas dotações. Não cremos que ainda caiam na história da cenoura e depois se sintam *encurralados*.

Não prevê limites de idade para os quadros do pessoal das forças e grupos de intervenção, o que seria uma importante medida estrutural. Não cria os mecanismos estruturais suficientes para que os quadros correspondam às necessidades actuais das FFAA, quanto mais às futuras.

A outro nível também não responde aos problemas do pessoal do recém criado GALE (Grupo de Aviação Ligeira do Exército) nem lhes define mecanismos próprios para o desenvolvimento das respectivas carreiras. Nem

*Continua na pag. 7*

## Fernando Fontes no C.E. Euromil

Pela primeira vez na história do associativismo militar um representante das associações portuguesas e espanholas foi eleito para um órgão executivo desta importante organização de associações dos militares da Europa, com Estatuto Consultivo do Parlamento Europeu e da NATO e com assento no Conselho da Europa.

O facto do camarada Fernando Fontes ter sido eleito por unanimidade, denota bem o prestígio que a ANS granjeou, com o seu trabalho sério, persistente e valioso, junto das restantes associações da Europa.

A natureza internacional do cargo, porém, acrescenta-lhe importância e a necessidade de o Estado Português, através do seu titular político, o Governo, reveja a sua posição relativamente ao associativismo militar, e crie as condições para que este camarada possa exercer cabalmente o mandato para que foi eleito. ●

## Praças da Armada criam associação

Mais de 400 Praças da Armada decidiram, no passado dia 5 de Maio, em plenário, criar a Associação de Praças da Armada - APA.

Este plenário congregou praças do QP e Contratadas.

Num ambiente de determinação e vontade de verem defendidos os seus direitos sociais, materiais e de carreira, procederam à eleição da comissão instaladora que desenvolverá as diligências necessárias à sua legalização.

Entretanto, uma fonte da comissão instaladora por nós contactada, afirmou que "verifica-se uma enorme adesão da classe à Associação, que se manifesta pelo volume de praças que se estão a inscrever em todas as uni-

dades da Marinha". Acerca dos objectivos imediatos, respondeu que "paralelamente ao prosseguimento deste amplo movimento de adesão à Associação, estamos já em contacto com um jurista que tratará das questões legais. Por outro lado, criámos provisoriamente um apartado e abrimos uma conta bancária para onde está a ser canalizado todo o dinheiro das jóias dos associados.

"Mas não podemos ignorar o vasto conjunto de problemas com que se defrontam as praças da Armada e, nesse sentido, estamos a proceder à sistematização do estudo de algumas matérias que, oportunamente, divulgaremos junto da classe. Por fim, pareceu-nos correcto solicitarmos audiên-

cias às associações congéneres para uma primeira troca de opiniões".

A terminar este contacto, o cabo membro da comissão instaladora fez questão de dizer que "é importante que, desde já, fique claro que a Associação não foi criada contra ninguém, mas antes para defesa da nossa dignificação e dignidade, porque a prosseguir o rumo que vem sendo trilhado qualquer dia fazem de nós uma brigada de varredores.

"Portanto, acrescentou, queremos e desejamos diálogo, queremos contribuir para as soluções com responsabilidade, lealdade e frontalidade, sem abdicarmos, como homens e mulheres de um país livre e democrático, do nosso direito à indignação". ●

### O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos  
Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 91 - 1.ª Esq. 1900-088 Lisboa  
Tel. 815 49 66 - Fax: 815 49 58  
Produção, Apoio redactorial, Grafismo e Paginação: António Amaral  
Tel/Fax: 273 19 91  
Fotolito e Impressão: Seleção Gráfica, Lda  
Períodicidade: Trimestral  
Tiragem: 3.500 ex.  
Depósito Legal: 48582/91  
Registo na DGCS: 115109 ●



# Retrocesso funcional e desvalorização profissional causa a indignação dos Sargentos

Ompensável está a acontecer. Os responsáveis pela gestão de pessoal da Marinha e da Força Aérea têm vindo, pouco a pouco, sem consultar ninguém, a criar as condições para a desvalorização profissional dos seus homens, aplicando nestes ramos das FFAA a política dos últimos governos da polivalência e da flexibilidade.

Sem ouvir os órgãos representativos dos ramos, Comissões Consultivas Permanentes na Armada, Conselhos de Armas e Serviços no Exército e Conselhos de Especialidade na FAP, os chefes têm andado a tecer, em sede dos Regulamentos Internos e do EMFAR, as condições legais para que tal aconteça e seja consumado. Só objectivos que à partida se sabia contarem com oposição podem ter conduzido a que este processo se tenha desenrolado à revelia dos principais interessados.

Colocam-se algumas questões para as quais os chefes não dão as necessárias respostas. Será que este retrocesso funcional e esta desvalorização profissional correspondem às necessidades das FFAA? Será que se vão traduzir em mais eficácia, mais motivação, mais coesão e a uma melhoria significativa da ope-



racionalidade? Será que este método de trabalho para decidir da vida profissional dos outros corresponde àquilo a que o Partido Socialista tem afirmado querer instituir como método oficial de trabalho e política de Estado e a que chama "Via do diálogo"?

A resposta à primeira pergunta é não. E mais, esta desvalorização profissional contraria os princípios básicos em que deve assentar uma estrutura hierarquizada como a militar, mina as suas bases funcionais e o princípio de autoridade em que esta assenta. A segunda resposta é igualmente negativa. De facto, o retrocesso funcional e a desvalorização profissional vão traduzir-se em mais desmotivação, na degradação do brio profes-

sional, na degradação da formação ao torná-la mais genérica, na diluição da responsabilidade por um maior número de pessoas de níveis hierárquicos diferentes e que, no conjunto, vai traduzir-se numa diminuição da operacionalidade e dos níveis de eficácia. A terceira resposta é ainda negativa e com a agravante de

constituir uma crítica extensiva ao próprio Governo. De facto, é o próprio Governo que dá o exemplo ao decidir sobre matérias como o EMFAR e os Vencimentos sem consultar e ter em conta as posições das associações como órgãos representativos dos militares.

Por tudo isto, os sargentos estão indignados. A indignação é o sentimento mais generalizado nos sargentos dos três ramos. Indignação, porque nos sentimos ludibriados por um ministro que prometeu e adiou sucessivamente a resolução dos vencimentos. Indignação, por um ministro que, ao arrepiro da vida, veio propor uma alteração ao artigo 31º da LDNFA mais recuado e lesivo do que a actual redacção. Indignação, por os chefes militares virem propor (ou aceitar) que os homens que comandam sejam humilhados com uma desvalorização profissional e um

retrocesso funcional ao nível do EMFAR e dos regulamentos internos dos ramos.

Todavia, os sargentos e os restantes militares têm também um compromisso de honra com a disciplina. E é isso que tem levado a que ajam com tanta contenção, elevação, ponderação e sensatez. Mas, os sargentos não abdicarão nunca de exercerem o direito à indignação. Nem aceitaremos nunca ser responsabilizados pela contenção e pela disciplina, e ficar com o ónus de culpas que não temos e de prejuízos para os quais não contribuímos nem fomos chamados a pronunciarmo-nos.

**Unidos, com elevação, com determinação e sem atitudes que prejudiquem a Instituição e a Família Militar, havemos de atingir os nossos objectivos e vencermos mais estas batalhas! ●**

## A Ouvição e a comissão consultiva do ministro

Ainda pouco foi dito acerca da versão do EMFAR bi-aprovada pelo Conselho de Ministros. Talvez porque ao longo do processo foram surgindo versões sucessivas e até contraditórias, sendo que, após a aprovação surgiram disquetes com cerca de uma dezena de versões diferentes. Em contrapartida, desde que o MDN, em pessoa, anunciou que ia rever os vencimentos dos militares, por estes se terem desvalorizado, não têm cessado os boatos, as tabelas, as sucessivas datas de saída dos novos vencimentos, etc.

Certamente que o facto de os órgãos representativos dos ramos não terem sido consultados, nem as associações militares, tendo-se o processo desenrolado com um secretismo aparentemente incompatível com a apreçoada política oficial de diálogo, deu azo a esta onda de boatos.

A este propósito convém dizer que este MDN inaugurou uma nova figura na comunicação: "A Ouvição".

De facto, as associações foram chamadas a encontros com assessores seus, sobre o EMFAR, primeiro, e os vencimentos depois. Em ambos os encontros não foi fornecido às associações qualquer documento ou proposta sobre a matéria a tratar, nem sequer oralmente, inviabilizando que os dirigentes associativos se pronunciassem sobre algo de concreto. E porquê? Porque: "...ainda não estamos em fase de consulta, mas queremos ouvir o que têm a dizer sobre a matéria, de um modo geral". Se não foram estas as palavras exactas foi este o

sentido. Portanto, inaugurámos uma nova figura do "diálogo": a da ouvição.

Todos conhecemos os malefícios que tal postura já provocou no seio da Família Militar em frustração, desmotivação, revolta e indignação. Todavia, o ministro ameaça não ficar por aqui.

Primeiro dizia que não podia receber as associações porque não havia nenhuma norma que o autorizasse. Depois prometeu que iria produzir um despacho para se autorizar a fazê-lo. Finalmente, produziu um despacho em que cria uma comissão consultiva do ministro — tal como receávamos, do tipo corporativo — onde os ramos se fazem representar por homens nomeados pelos chefes de estado-maior e, numa alínea seguinte, diz que as associações podem ser chamadas a participar nas reuniões em que o ministro considere útil ouvi-las. Ou seja, não há obrigatoriedade de serem ouvidas.

Quanto ao âmbito das matérias que esta comissão poderá tratar, bom será ter em consideração a alínea i) do art. 2º da Lei nº 11/89 de 1 de Junho (Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar):

*"Pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação."*

De facto, o que o ministro pretendeu, pensamos nós, foi desviar as atenções da discussão em curso sobre a alteração ao art. 31º da LDNFA, e da proposta retrógrada que apresentou na Assembleia, colocando os

deputados do partido do seu Governo numa posição delicada em função de declarações de intenção públicas anteriores. E, por acréscimo, fez de conta que se preocupa com o diálogo: o que fica bem, convenhamos. Há até quem diga que a sua função é semelhante à da discussão da tabela das marés: discutir o que é inalterável!

No domínio da ouvição é uma maravilha: parece que se dialoga, o que dá bom aspecto, mas não ficam compromissos, nem responsabilidades a cumprir depois.

Seria de facto assim, se não estivéssemos a falar de homens dignos, honrados, disciplinados, os militares, que têm problemas e os vêm iludir com manobras destas. Iludir os problemas não só não os resolve, como os agrava duplamente: porque as soluções se tornam mais difíceis e onerosas; porque os homens se desmotivam, frustram e revoltam ao ver as suas famílias com o nível de vida cada vez mais degradado e as perspectivas de carreira mais escuras.

Por isso, afirmamos: Não enjaitamos as responsabilidades; responderemos afirmativamente e com espírito construtivo a todas as convocatórias; tentaremos dialogar e contribuir para a resolução dos problemas mesmo quando se tratar de um arremedo do diálogo na forma de ouvição; mas não contem connosco para brincar "ao faz de conta" — muito menos quando se trata da nossa família, das nossas carreiras, do nosso brio e profissão, da nossa dignidade profissional. ●

### REUNIU PELA PRIMEIRA VEZ

## Comissão Consultiva da Condição Militar

A Comissão Consultiva da Condição Militar, criada pelo Despacho nº 4096/99 (2ª Série), em 26FEV99, para assistir o Ministro da Defesa Nacional em assuntos relacionados com a condição militar, reuniu pela primeira vez no passado dia 18 de Maio. Para esta reunião foram convocadas as associações profissionais de militares legalmente constituídas — ASMIR, ANS, AOFA e ANCE — tendo a ANS feito representar-se pelo presidente da Direcção.

O Ministro da Defesa Nacional abriu os trabalhos definindo os objectivos da criação desta Comissão, afirmando o seu propósito de receber com interesse e atenção os pareceres que dela venham a surgir. De seguida, passou a fazer o ponto da situação dos diplomas legislativos que se encontram em alteração ou criação, nomeadamente: a Lei de Serviço Militar, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (art. 31), o Ensino Militar (criação da Universidade Militar) e o Sistema Retributivo dos militares, findo o qual se ausentou da reunião, não proporcionando qualquer espécie de debate sobre estas matérias.

A CCCM ficou então reunida sobre a presidência do GEN. Paiva Mourão, discutindo-se vários aspectos do seu funcionamento futuro, nomeadamente, a representatividade das associações, matérias a debater, regulamento de funcionamento da Comissão, entrega dos documentos em análise aos membros da Comissão.

Durante esta parte da reunião, a ANS referiu que, aquando da publicação do Despacho que criou a CCCM tinha ficado bastante céptico quanto aos seus objectivos e modo de funcionamento, e que o seu cepticismo tinha aumentado com esta primeira reunião. Contudo, estava ali de forma séria, responsável e empenhada em tudo fazer para que a CCCM pudesse ser potenciada, tornando-se num espaço de diálogo importante entre o MDN e os militares e que não seria por sua acção que tal não viria a acontecer. ●



# O DIREITO À INDIGNAÇÃO

## E O COMPROMISSO DA DISCIPLINA

**H**á uma pergunta que se impõe antes de tudo: "É legítimo ou não aspirar a um melhor padrão da nossa condição de vida?"

Se a resposta for o sim, de um modo simplista, basta definir o caminho para o conseguir. Pode, no entanto, esse caminho ter de evoluir em terrenos mais ou menos sinuosos e deparar com mais ou menos barreiras. Desaguar em zonas de impasse e mesmo encontrar pela frente a oposição mais determinada, o silêncio mais demolidor, a indiferença mais atroz... Vamos, por isso, ignorar a legitimidade dos nossos anseios? Calar a acidez da nossa angústia? Oprimir dentro de nós a razão dos nossos direitos?

A resposta, evidentemente, é não!

Ser militar não pode significar a castrição do direito natural a aspirar melhor. A deixar crescer na retina do nosso olhar o brilho natural dos sonhos de igualdade e de bem estar que um dia ousámos conceber também ao nosso alcance.

Ser militar tem de ser, hoje em dia, a assunção de acreditar que, para além da rara e nobre missão que nos cabe de defender a integridade da pátria que nos viu nascer, comporta igualmente a não menos nobre missão de nos respeitarmos enquanto homens e cidadãos de pleno direito e assim considerarmos de igual elevação a paridade de direitos que devemos partilhar com toda a população da qual emanamos.

Dito isto, falemos de factos!

Tem-se vivido, nos últimos meses, um período em que os boatos têm sido difundidos por todas as unidades com uma amplitude e uma frequência que não há memória.

Esta onda de boatos não é de todo, nem inocente nem ingénua. Surge num período de grande dinamização associativa e, simultaneamente, quando importantes documentos legislativos estão em sede de alteração e mesmo em fase terminal.

Não é ingénua nem inocente porque visa, numa primeira fase, criar expectativas que depois não se vêm a con-

cretizar, gerando assim um sentimento de frustração nuns e uma justa indignação em quase todos, para, numa segunda fase, e aproveitando os sentimentos existentes, procurar empurrar a ANS para situações aventureiristas e radicais que a conduzam à derrota e, por força de razão, ao descrédito, quer junto dos Sargentos, quer dos órgãos do poder.

AANS, consciente das suas responsabilidades, tudo tem feito para dar combate a esta vaga de boatos, mas, convenhamos, tem sido difícil!

Por um lado, porque, apesar dos males que provoca à instituição militar, temos sido uma voz quase totalmente isolada no combate. Por outro, porque ainda um boato não foi derrotado, já outros surgem com intensidade, argumentos e trama renovados, tornando este combate profundamente desigual e desgastante.

Desenganam-se, porém, os seus autores, produtores e interpretes, pois à impaciência e ao desespero nunca nos levarão. Podem-nos cansar, mas não desistiremos do combate, porque exaustos, nunca!

**É** hoje em dia quase desnecessário e redundante falar na degradação dos vencimentos dos militares. É quase mesmo um pleonasma juntar numa só frase estes dois termos: "vencimentos" e "degradação"!

E, se ainda a eles juntarmos esse termo tão mal querido por uns, quanto incómodo para outros, que é o de "militares", é como se construíssemos uma frase maldita, da qual os responsáveis apenas entrevêm o espectro ameaçador do poder reivindicativo e os políticos, em geral, a incapacidade total de justificarem perante si e o seu eleitorado a grande incomodidade que é os militares serem também pessoas.

O problema é que são mesmo!

Mas se ainda a isto acrescentarmos a precariedade das nossas carreiras, a indefinição do nosso futuro, a irregularidade das perspectivas que garantam um percurso aliciante e consistente nos trinta ou mais anos de vida

que fielmente dedicamos à instituição militar, à família e à pátria. Se a tudo isto acrescentarmos o vazio que sentimos, a desmotivação que nos consome, a incómoda indiferença que nos amarrota a farda outrora garbosa e aprumada e nos ofusca o brilho dos nossos dourados, antes reluzentes... teremos certamente de nós próprios uma imagem deformada e decadente que decididamente não cabe no conceito que queremos manter e desenvolver de cidadãos de pleno direito. Cidadãos orgulhosos da sua escolha. Cidadãos em uniforme, mas em uniforme digno do seu nome e da carreira que todos queremos ver dignificada.

É certo, e seríamos de todo injustos se o negássemos linearmente, que alguma coisa está já feita em matéria de medidas estatutárias, mas o seu alcance é tão ténue, a ousadia de avançar é tão escassa e, sobretudo, a capacidade para ouvir tão ineficaz e voluntariamente distorcida, que nos fica este amargo de nos sentirmos mais uma vez relegados para um plano que recusamos merecer e que injustamente teima em nos colocar na situação de irresponsáveis e incapazes que de todo não aceitamos!

Quando sentimos avançar sobre nós a máscara da desinformação e do boato; a teia da falsidade e da mentira repetida até que a exaustão a converta em verdade; a sibilina e traiçoeira encenação do diálogo arditamente envenenado que se insinua no diáfano manto da boa-fé manipulada, que outra coisa nos resta que não o direito à indignação. Reside nesta figura de estilo, talvez, a última oportunidade de nos podermos sentir revoltados com dignidade.

**V**oltemos agora ao mundo do concreto e afastemo-nos desta linguagem um pouco metafórica que adoptámos, talvez, para nos indignarmos dum modo cortês e civilizado.

Voltemos, por exemplo, à questão do EMFAR e a toda a encenação que rodeou a sua revisão. Será possível que em todo este processo ninguém



teve o bom senso de considerar a hipótese de poder contar com o contributo de quem, nas diversas categorias por ele abrangido, iria ser o alvo das suas medidas?... É certo que, a nível dos ramos, foram constituídos grupos de trabalho para produzirem as partes específicas e trabalharem em conjunto na parte comum do documento.

Mas, sejamos honestos! Que conceito supremo presidiu à constituição destes grupos de trabalho, que apenas integraram oficiais nomeados pelas chefias dos ramos? Que fique claro que nada nos opõe a esta categoria, e natural será que emitam também a sua opinião enquanto parte integrante do processo, mas o que é certo é que o Estatuto regula a vida profissional de Oficiais, Sargentos e Praças. Nada mais! Tão só a vida profissional. Que atestado de incapacidade é este que considera um restrito grupo de oficiais, representantes apenas dos ramos, como tendo o direito e o mérito único de poder decidir o que convém ou não à vida profissional de todos os militares, ainda que em conjugação com as necessidades e imperativos da própria instituição e condição militar?

Será que ninguém mais tem o direito de opinar e sugerir? De contribuir e enriquecer o conteúdo do documento com o seu próprio ponto de vista?

Ah! Dir-nos-ão... mas o Ministério até recebeu as Associações de Militares para ouvir as suas opiniões! Se que não nos facultou o projecto em estudo, deixando-nos assim a ingrata e absurda tarefa de opinarmos sobre nada, quando já tudo estava decidido... Nasceu assim uma nova forma de consulta: — a **Ouviação!**

Porque de audição não se tratou!

E, depois, foi o que se viu! O documento assinado numa semana pelo Conselho de Ministros teve de voltar a ser assinado pelo mesmo Conselho de Ministros, depois de lhe ser introduzida uma alteração tão óbvia que teria sido desnecessária se o documento tivesse sido alvo de contribuição honesta e imprescindível de todas as categorias, quer nas suas estruturas consultivas ao nível dos ramos quer na sua componente associativa.

Tão óbvio e tão elementar que choça até admitir o contrário!

**M**as atentemos bem que nesta matéria do EMFAR entroncam duas questões importantíssimas, as quais vêm gerando um crescente mal estar e uma febre de desmotivação, capazes por si só, de vir a gerar situações de







licadas e imprevisíveis, fruto dum sentimento de frustração e impotência perante o causticar da ausência de soluções.

O problema do retrocesso funcional na categoria de Sargento, com uma cada vez menos precisa definição das funções e tarefas inerentes a cada posto, deixando, muito principalmente na Armada e na Força Aérea, campo de manobra suficiente para a aplicação do malfadado princípio da multi-funcionalidade... tão do agrado dos tecnocratas ao serviço do poder, faz-nos lembrar que em tempo de vacas magras, ou seja, de falta de efectivos suficientes na categoria de Praças, as tarefas a elas destinadas possam ser, a coberto duma interpretação perigosa e abusiva do EMFAR, atribuídas aos Sargentos, empurrando-os assim para situações inadmissíveis de desqualificação e retrocesso, princípio a que igualmente os próprios Oficiais irão estar também sujeitos quando os Sargentos começarem a escassear.

Será um modo flexível e fácil de gerir o pessoal, mas não pode deixar de ser combatido pela carga de desrespeito que comporta face ao direito que cada profissional tem de se sentir um trabalhador qualificado e não um mero instrumento de utilidade generalista. Não contando com o que de pernicioso e negativo pode ter para o rigor da disciplina e da hierarquia, desvirtuando funções, confundindo tarefas, esvaziando responsabilidades.

Por outro lado, a progressão nas carreiras, factor essencial para a motivação de qualquer profissional, continua a não estar acautelado, pese embora algumas tímidas tentativas de contribuir para a resolução do problema. A realidade, no entanto, é desastrosa. O panorama quase caótico. As perspectivas praticamente nulas. Julga-se desnecessário, talvez, porque aviltante para os próprios, desenhar o eterno quadro duma carreira que se desenvolve em muitos casos, entre segundo e primeiro sargento e neste posto guardar paciente e doentamente o somar dos anos para a passagem à reserva. Assim como se fosse igualmente natural e admissível a carreira dum Oficial, oriundo das Academias, morrer em tenente, quiçá capitão.

Triste de quem consegue dormir descansado com os seus homens a definharem anos a fio na dignificante carreira de primeiro sargento vitalício!

Tão óbvio e tão elementar que choca até admitir o contrário!

**M**as abordemos agora a questão do Sistema Retributivo e, convenhamos que não há má vontade da nossa parte, mas o Senhor Ministro teima em dar-nos razões de sobra para brilharmos, passe

a falsa modéstia, pois que em cada declaração, em cada silêncio, é como se fizesse questão em nos dar trunfos neste jogo viciado dos avanços e dos recuos. Estamos até a admitir a hipótese de admitir o Senhor Ministro como Sócio Honorário da ANS, tantos os serviços que nos tem prestado no esforço de dar razão ao nosso descontentamento. Preferíamos, porém, não ter razões para criticar o Senhor Ministro. E o Senhor Ministro pode ter a certeza disso. Mas quem iniciou esta rábula dos vencimentos dos militares, até nem fomos nós, pois sabemos quão ingrato é reivindicar mais dinheiro, melhores salários e quão fácil seria então acusarem-nos de nos movermos apenas pelo vil metal, quando as nossas preocupações vão muito para além desta matéria, sem dela prescindirmos, como é evidente.

A questão do Sistema Retributivo surgiu logo após a entrada em funções das novas chefias e colheu as melhores referências do Senhor Ministro da defesa Nacional. Passou então o Senhor Ministro adedobrar-se em declarações e conferências de imprensa em que prometia e defendia novos vencimentos para os militares. E os prazos foram sendo avançados.

Escusamo-nos agora, aqui, de voltar à saga das propostas avançadas e retiradas, dos grupos de trabalho, mais uma vez apenas constituídas pela iluminada elite de eleitos para a discussão do problema, passamos igualmente por cima de certos princípios que consideramos errados para a abordagem da discussão desta matéria, admitimos até que algumas das propostas por nós avançadas tiveram algum acolhimento e pela primeira vez conseguimos romper o muro autista que se levantou. Não vamos agora discutir sequer a justeza dos números, o rigor dos índices, a lonjura dos escalões. Sobre isso temo-nos já debruçado noutras alturas, adiantando as medidas que julgamos imprescindíveis e essenciais para uma maior justiça do Sistema Retributivo.

Quedemo-nos apenas no cumprimento da palavra. No rigor das promessas.

No peso do compromisso.

O Senhor Ministro não imagina, talvez, o quanto enfraquece as chefias, que um dia empenharam a sua palavra para poderem dizer que ainda são capazes de cuidar do seu pessoal. Que ainda acreditam que o bem-estar dos militares em geral passa pela sua (in)capacidade de exigirem o que lhes é de direito. Que se consomem em esforços e promessas, para cada dia que passa se reverem cada vez menos patronos, cada vez mais funcionários do poder.

## SISTEMA RETRIBUTIVO...

... a resolução avança

O Conselho Superior Militar, órgão da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, onde têm assento o GEN. CEMGFA, os três CEM's, o Ministro da Defesa Nacional e o Secretário de Estado da Defesa, reuniram no passado dia 19 de Maio tendo aprovado, por unanimidade, o projecto de diploma referente ao regime remuneratório aplicável aos militares, acordado em Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Em nota à imprensa, difundida pelo Gabinete do MDN, após a reunião, afirma-se:

"Em conformidade com orientações expressas por sua Excelência o Primeiro Ministro, os Ministros da Defesa Nacional, das Finanças, da Administração Interna e Ministro Adjunto, vão, desde já, proceder ao desenvolvimento dos passos necessários à compatibilização da correcção de distorções e injustiças do Sistema Remuneratório, em termos de equidade no conjunto da Função Pública."

No passado dia 21 de Maio teve lugar uma reunião, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, que contou com a participação do Ministro da Administração Interna, Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário de Estado do Orçamento, Secretário de Estado da Administração Interna e Chefias Militares.

No final desta reunião foi decidido que os Secretários de Estado da Defesa Nacional, do Orçamento e da Função Pública e Modernização Administrativa, apoiados tecnicamente por elementos do MDN e EMGFA, analisassem a proposta apresentada por forma a encontrar soluções a nível governamental com carácter urgente.

A ANS congratula-se com estas importantes decisões que, sendo de extrema relevância para a decisão final, ainda não o é. Com serenidade e responsabilidade vamos ficar atentos aos desenvolvimentos necessários que levem à conclusão de todo este, já demasiado longo, processo.

Queremos crer que estão criadas as condições necessárias para a resolução deste problema.

Esta resolução compromete colectiva e solidariamente, o Governo, o CSM e os Chefes de Estado Maior. Frustrar ou protelar de novo esta expectativa seria desastroso e irresponsável. ●

E que não restem dúvidas que nada disto nos regozija. Antes pelo contrário. Entristece-nos e preocupa-nos. Porque do enfraquecimento das chefias não resulta senão o enfraquecimento dos militares. Mas também nos cria defesas eficientes para cada nova promessa ou declaração do Senhor Ministro. Porque duma coisa estamos certos: — não adianta prometer!

A degradação da massa salarial dos militares já nem tem equiparação com nada nem com ninguém. Todos lhe passaram à frente. As próprias Forças de Segurança, com todo o respeito que nos merecem, olham-nos de soslaio, adiantados que estão nas suas conquistas e confiantes nas negociações que já se avizinham. Os militares sentem até já uma certa vergonha em revelar o quanto (não) ganham. E, embora conscientes que muitos há ainda pior do que eles, não podem permitir que tal situação seja escamoteada, esquecida ou ignorada! O Senhor Ministro tem de se decidir. Ou avança ou não avança com a proposta que lhe foi presente. Ou acredita ou não acredita! Ou defende ou não defende! Ou se assume ou não se assume! E isto porque corremos o risco de nos esquecermos que temos Ministro ou do Senhor Ministro não acreditar que tem Forças Armadas, não passando esta questão da revisão do Sistema Retributivo de mais uma divagação com origem na fértil e febril imaginação dum Ministro que se esqueceu do seu Ministério.

Mas pode acreditar, Senhor Ministro, que as Forças Armadas existem. Porque somos nós! Não sabemos é se o Senhor Ministro alguma vez reparou que tudo isto envolve pessoas. Que também somos nós!

Ah! É verdade, também quanto a esta matéria fomos ouvidos pelo Ministério. Mais uma Ouveição! Ainda hoje nos perguntamos qual o objectivo!? Decididamente não acreditamos no falar pelo falar e este tipo de reunião não nos convencendo a nós, ANS, não convence também o Senhor Ministro e os seus assessores, com certeza, porque, convenhamos, chamarem-nos para nos dizerem nada e para nada ouvirem...

Tão óbvio e tão elementar que choca até admitir o contrário!...

**É** neste enredo repleto de tramas, encenações e algum suspense, com alguns contornos de surrealismo e mesmo alguns laivos de ardilosas e encapotadas armadilhas, que os militares têm de se enquadrar e saber distinguir o essencial do acessório. A crítica construtiva da difamação. A verdade da mentira. A indignação da insubordinação. A disciplina do incontornável direito de se respeitar antes de mais a si próprio!

Tudo temos feito para que o Governo possa decidir sem os constrangimentos inerentes a manifestações públicas e mediáticas da indignação que hoje já ninguém consegue nem disfarçar nem aliviar.

Os sargentos são homens disciplinados e disciplinadores que têm um compromisso de honra com a disciplina. Mas porque são homens de honra, não podem deixar de estar indignados e descontentes com o curso dos acontecimentos. Não podem deixar de defender a sua honra no compromisso da disciplina, factor essencial da sua própria verticalidade. E aqui reside o grande desafio de encontrar o justo equilíbrio sem prostituir a dignidade que lhes é inerente.

Os sargentos dos três ramos das Forças Armadas saberão encontrar o caminho certo na encruzilhada em que se encontram! ●



# Encontros de Sargentos

**D**ada a premência e a gravidade dos problemas que nos afectam, resolveu a direcção da ANS não cruzar os braços e prosseguir com um conjunto de acções com vista a atingir os seguintes objectivos: unir, consciencializar, continuar o combate ao boato, informando, mobilizando e debatendo com os sargentos os problemas e ir dando sinais correctos ao Governo do seu estado de espírito.

Assim, a Direcção da ANS promoveu um conjunto de Encontros em todo o país, durante os meses de Março, Abril, Maio e Junho. O primeiro, foi realizado na Cova da Piedade, com sargentos da **Marinha**, foi realizado na Cova da Piedade, conforme noticiámos no último número de "O Sargento".

Seguiu-se-lhe o **Encontro de Sargentos do Exército**, de **Vendas Novas**, realizado em 9 de Março, com a presença de muitos camaradas. Durante a discussão sobre os problemas que mais afectam os sargentos é de destacar o das carreiras e da falta de definição de um modelo de carreira que permita dar outra perspectiva para os profissionais que hoje ocupam a categoria militar de sargento e torná-la mais atractiva para os jovens.

Em 13 de Abril realizou-se, no Entroncamento, o **Encontro de Sargentos da área militar de Tancos, Sta. Margarida e Entroncamento**. O EMFAR e o Sistema Retributivo, entre outros assuntos, foram objecto de maior intervenção. No final foi aprovada uma resolução para ser entregue ao chefe de gabinete do MDN e a mandar a direcção da ANS para decidir sobre novas formas de acção a encetar, de modo a atingir os fins propostos e a unir os três ramos em torno destes.

O **Encontro Nacional dos Sargentos da Força Aérea** realizou-



Encontro em Évora

se em Alverca, em 15 de Abril, com a presença de cerca de 250 camaradas. O EMFAR mereceu análise cuidada e concluiu-se que é importante mantermos a unidade e a capacidade de lutarmos pelos nossos direitos e interesses. Foi aprovada uma resolução e decidido que a mesma fosse entregue ao chefe de gabinete do MDN. Foi decidido, igualmente, entre outras matérias, mandar a direcção da ANS para coordenar as acções para atingir os objectivos propostos na resolução, caso dos problemas de carreira e de vencimentos.

Dois dias depois, a 17 de Abril, em Alhos Vedros, realizou-se o **Encontro de Sargentos da Margem Sul**, com a presença maioritária de camaradas da FAP. O debate também aqui foi bastante participado e rico em argumentação e sugestões de soluções e orientação de trabalho. Foi aprovada, também, uma resolução para entregar no gabinete do MDN e mandar a direcção para as acções atrás já indicadas.

Em 20 de Abril, com os mesmos objectivos, realizou-se o **Encontro de Sargentos da área da Figueira da Foz e São Jacinto**. Os problemas mais sentidos pelos camaradas foram a falta de perspectiva de carreira e o EMFAR, nomeadamente a

falta de resposta que este vem dar aos problemas sentidos pelos sargentos Pára-quadistas e aos sargentos oriundos do quadro de praças da FAP e do QPPE. Foi aprovada uma resolução com teor e objectivo idêntico à aprovada nos outros encontros.

O **Encontro de Sargentos do Alentejo** reuniu sargentos de **Elvas, Évora e Beja**. Os problemas debatidos são idênticos aos abordados nos outros encontros: a falta de perspectivas de carreira, o EMFAR e os vencimentos. Foi, igualmente, aprovada uma resolução para ser entregue no MDN.

O **núcleo de Beja** promoveu, ainda, em 28 de Abril, duas reuniões. Uma, com camaradas do RI 3 e do GALE em diligência na BA 11, cujo debate e esclarecimento foram muito ricos. A outra reunião realizou-se na BA 11, que decorreu num ambiente bastante vivo e num diálogo que possibilitou o esclarecimento sobre matérias onde havia falta de informação e muito boato.

Em 8 de Maio, realizou-se o **1º Encontro Nacional de Delegados do Exército**, de que damos notícia nesta página.

Quando escrevemos este texto para "O Sargento" estavam previstas outras iniciativas, muitas delas que, entretanto, quando o jornal for publicado, já se terão realizado, nomeadamente: **Núcleo de Beja**, já unificado; **Sargentos da Área Metropolitana do Porto**; zona de **Sta. Margarida; Vendas Novas**. Por agendar, encontros em **Leiria**, com sargentos desta cidade e de **Monte Real**, e em **Mafra, Caldas da Rainha e Elvas**, assim como uma sessão de debate e reflexão com sargentos da **Área Metropolitana de Lisboa**.

Em agenda continua, ainda, a **Conferência Nacional de Delegados da ANS**, a levar a cabo no fim deste ano.

Aspectos comuns a todas as iniciativas foi a grande preocupação pela falta de perspectivas de carreira e o retrocesso funcional associado à polivalência e flexibilidade consubstanciados no EMFAR. Também foi manifestado desgosto por o Governo não implementar uma Linha Verde de apoio aos familiares envolvidos em missões que implicam ausência prolongada do seio familiar. Outro aspecto de relevo é o apoio e confiança dados à ANS e aos seus delegados. ●

## 1º Encontro Nacional de Delegados do Exército



Como corolário de todo o processo de reforço de ligação e da organização dos núcleos de sargentos sócios da ANS, e também dos encontros que se têm vindo a realizar, surge o 1º Encontro Nacional de Delegados do Exército. Um passo importante na consolidação do processo em curso e que constituía uma velha proposta a necessitar de execução.

O Exército, pela sua dimensão e distribuição nacional e, também, por exigência dos sargentos do ramo, necessita de cuidados orgânicos especiais e de trabalhos redobrados. Um trabalho que a actual Comissão Permanente do Ramo (CPR) em conjunto com a Direcção resolveram levar a cabo e que está a ser levada com êxito.

É no seu desenvolvimento que o 1º Encontro Nacional de Delegados do Exército deve ser enquadrado. Foi com esse objectivo que no dia 8 de Maio se deslocaram ao Entroncamento delegados de todo o país.

Nesta reunião foram discutidos o EMFAR, as Carreiras, a actividade da ANS e dos seus núcleos, a forma de melhorar o funcionamento da CPR e a ligação inter-núcleos, as perspectivas para a resolução dos problemas.

O clima de trabalho manteve-se vivo e muito interessante durante todo o dia, com a participação documentada de todos os delegados. Dado curioso é que em todas as reuniões da ANS, e esta não foi excepção, comparecem sempre camaradas que ainda não são sócios, além de surgirem sempre novos problemas e sugestões de resolução.

Desta feita, ficámos a saber que os camaradas do GALE estiveram quatro anos sem informações, que agora estão a ser informados por oficiais da FAP que têm um padrão de avaliação mais baixo do que aquele que se pratica no Exército, para além de um RAM diferente, havendo, ainda, um caso de informações dadas por um SAJ da FAP. A questão que se coloca é como se vai resolver a compatibilização das informações destes camaradas com as dos outros do seu quadro especial cuja carreira não teve este percurso, sem que eles fiquem prejudicados por serem pioneiros nesta nova valência do nosso Exército.

Outro problema levantado pela primeira vez foi o do apoio às famílias dos camaradas falecidos. Na opinião do camarada, que mereceu apoio generalizado, é que ao nível do IASFA ou das ADM deveria ser criado um serviço específico para acompanhar e tratar estes casos, de modo a evitar os prejuízos causados às famílias por esta questão estar a ser tratada por amadores, pese embora toda a boa vontade.

Uma reclamação já antiga, e que voltou a colocar-se com bastante ênfase, foi a da necessidade de criação de um seguro de vida para os militares, à semelhança das Forças de Segurança. Exemplos de aplicação podem encontrar-se em quantidade suficiente para o tornar importante.

Para marcar o carácter histórico desta reunião, foram distribuídas bandeiras da ANS aos representantes dos núcleos, as quais, muito simbolicamente, foram entregues pelo presidente da Assembleia Geral, o camarada Teixeira da Silva.

Pelo fim da tarde encerraram-se os trabalhos, fizeram-se as despedidas, mas ficou no espírito de todos que este tipo de encontros deve prosseguir. Houve até quem perguntasse se já estava marcada a data para o próximo encontro. Não está mas fica o compromisso que vai estar. ●



Entrega da bandeira da ANS a um núcleo

## Associações de militares reuniram com o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) recebeu em audiência, no dia 27 de Maio, as associações de militares ASMR, ANS e AOFA, a pedido destas.

Nesta reunião foram analisados o art. 31º da Lei de DNFA, a proposta de alteração apresentada pelo Governo à Assembleia da República, bem como, o projecto de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, ambos já aprovados na generalidade, e aguardando discussão por parte da Comissão de Defesa Nacional.

O SMMP mostrou compreensão com as preocupações manifestadas pelas associações relativamente ao teor e ao espírito da referência feita pelo Almirante CEMA, na sua última comunicação interna da Marinha, ao parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, publicado no D.R. II série de 21SET92. Foi salientado que o referido parecer veio tornar clara a legalidade da existência da ANS, não podendo por esse motivo ser entendido como uma ameaça à sua existência, muito menos no presente, quando as associações de militares são convocadas pelos diferentes órgãos de soberania a pronunciarem-se sobre as matérias que a comunicação do Almirante CEMA pretende questionar.

Foram, ainda, entre o SMMP e as associações de militares, acordadas formas de cooperação futuras. ●



**Cartas dos LEITORES**

**Dignificação das Bandas Militares**

Como elemento integrante da Banda da Zona Militar dos Açores, sinto o dever e obrigação de escrever estas palavras de indignação, e uma chamada de atenção a quem de direito, pela forma como se permitiu a actuação da Banda Militar, em condições nada dignificantes, na Casa de Saúde S. João de Deus, de Ponta Delgada, no dia do seu patrono.

Este concerto foi realizado ao relento, ao frio e à chuva que prometia mas que por sorte acabou por não cair, em condições nada adequadas a uma filarmónica actuar, muito menos a uma banda militar, sem as mínimas condições de exercerem condignamente a sua tarefa.

No norte do país, de onde sou oriundo, as filarmónicas e muito mais as bandas militares, são altamente consideradas e rodeadas do maior apreço e admiração, tanto pelas autoridades como pelas populações! São Honra das Forças Armadas, como, aliás, acontece aqui nos Açores.

É claro que a Casa de Saúde S. João de Deus e as pessoas que lá trabalham não têm culpa, pois também mereciam ouvir a Banda Militar, não só por serem contribuintes deste país, mas sim e principalmente pelo trabalho de elevado mérito que levam a efeito em prol dos habitantes da ilha de S. Miguel e dos Açores.

Termino reafirmando que as condições em que a Banda Militar actuou, em nada ajudaram a abrilhantar as festas da referida Casa de Saúde, como não dignificaram a Banda Militar, os seus elementos e principalmente a Instituição que servimos. ●

Um leitor devidamente identificado

**NA FIGUEIRA DA FOZ**

**Assistência à família recusada**

Na EPST passou-se a seguinte situação com um camarada 1SAR:

O nosso camarada tem um filho deficiente com um grau de invalidez de 85% de incapacidade, que há poucas semanas atrás sofreu um acidente, tendo fracturado uma perna.

Perante tal situação, a esposa, que é funcionária pública, solicitou ao seu chefe a dispensa de dias para poder dar assistência ao filho, atendendo a que ele necessita da apoio, pois não faz a sua vida normal. Perante tal situação, o chefe da esposa, e sabendo que o marido é militar, concedeu-lhe 3 dias por semana.

O nosso camarada, então, pediu ao seu Comandante 2 dias para dar assistência ao filho para desse modo completar a semana nos dias em que a esposa não tinha dispensa.

O Comandante solicitou que ele fizesse uma pretensão por escrito. Então, perante tal pretensão, o Comandante **indeferiu-a**, alegando que o camarada não tinha direito ao abrigo da Lei, acrescentando que a Lei referida na sua pretensão só dizia respeito aos civis.

Perante tal indeferimento, contactou a DAMP/RPMP, sendo-lhe dito que ele encontrava-se ao abrigo da referida Lei e que o Comandante era obrigado a aceitar a pretensão. De seguida voltou a falar com o comando e transmitido tal parecer, mas o Comandante apenas lhe disse que fizesse um requerimento ao CEME e depois logo se veria.

Entretanto, o seu filho continua acamado. O nosso camarada está a pagar a uma pessoa para estar a tomar conta do seu filho até que o comando se decida, facto que comunicou ao comando, acrescentando que, sendo 1SAR não auferia um vencimento para continuar a pagar a uma pessoa, mas o comando não só continuou indiferente a tal situação como comunicou com gozo que ele, se quisesse estar ao pé do seu filho, que metesse... férias pois tem por ano 23 dias de férias. ●

Um leitor devidamente identificado

**Tribunais Militares  
Tudo parado...**

Com a última revisão Constitucional foram extintos os Tribunais Militares em tempo de paz. Ora, tal decisão deveria ter implicado a adopção de medidas visando reordenar esta matéria. Mas o que se verifica é que a legislatura está a terminar e nada foi adiantado.

Este vazio, configura aquilo a que algumas personalidades proeminentes no estudo das questões jurídicas dizem ser de **inconstitucionalidade por omissão**.

Numa área como a da Defesa Nacional e Forças Armadas é mau,

muito mau, que questões fundamentais do seu funcionamento andem assim, ou seja, com "rei" mas sem "roque".

Sabemos que, entretanto, o MDN terá constituído um Grupo de Trabalho (sem a participação dos Estados-Maijores) visando a revisão do RDM e CJM. Ora, acontece que previamente deverá a Assembleia da República aprovar a **Lei de Bases da Justiça e Disciplina**, coisa que ainda não fez e de que ainda não se ouviu falar. É esta Lei de Bases que estabelecerá os princípios enquadramentos a que deverão obedecer o RDM e o CJM. Ora parece estar a acontecer o contrário.

Tudo isto revela mais uma vez, a forma como são tratadas as matérias ligadas com as FA's, com quem nelas presta serviço, ou seja, a forma como os militares são tratados por quem tem o dever delas cuidar. São estas e outras que geram indignação e conduzem a acções, como as que tiveram lugar em 12 de Maio. Mas tudo isto é também resultado do facto de as associações militares continuarem a ser ignoradas. ●

**Casas de Reclusão Militar  
Profissão de risco?**

Os militares que prestam serviço nas Casas de Reclusão Militar (CRM) não têm mais protecção, ou seguro de vida, ou subsídio de risco do que os restantes militares. É como se estivessem a prestar uma comissão de serviço numa unidade normal sem riscos acrescidos.

Contudo, os *utentes* do regime de reclusão, muito embora muitos sejam militares dignos e a cumprirem pena disciplinar normal, sem outros crimes do que faltarem a uma ordem — veja-se o caso recente de um militar da GNR que foi

condenado a pena de 10 meses de prisão por se recusar a servir uma cerveja a outro militar daquela força de segurança — mas, também os há de outra ordem, alguns infectados com doenças contagiosas.

Não será tempo de se marcar um encontro de sargentos a prestarem serviço nestas casas de reclusão, com a finalidade de estudarem o seu regime de prestação de serviço? Não seria de a Instituição Militar dar melhor atenção a este problema e considerar a hipótese de estes camaradas, durante o tempo

da prestação deste serviço, beneficiarem de um estatuto e regalias semelhantes ao do Corpo de Guardas Prisionais?

A Direcção da ANS está à disposição destes camaradas para, conjuntamente com eles, estudar este problema e encontrar as soluções mais justas.

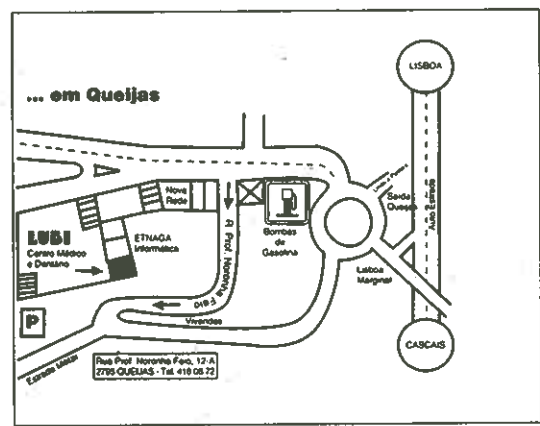
"O Sargento" está sempre à disposição de todos os sargentos, num espaço aberto de debate e reflexão, e para divulgar o seu entendimento sobre os problemas que os afectam. ●

**LUBI**

**LUBIDENTE - Centro Médico e Dentário, Lda**

A firma LUBIDENTE CENTRO MÉDICO E DENTÁRIO, oferece aos associados da ANS (Associação Nacional de Sargentos), e seus dependentes directos, o desconto de 15%, nos tratamentos de **Estomatologia**, incluindo **Proteses Dentárias e Ortodôncia**, bastando para tal a apresentação do respectivo cartão de sócio.

A LUBI fica situada em **Queijas**, na **Rua Professor Noronha Feio, 12-A** (ver mapa), e tem os telefones: 416 06 72 e 418 30 41.



**O EMFAR e o futuro das FFAA**

Continuação da pág. 2

define as regras de transição para as classes em extinção como a dos pára-quedistas e as inúmeras classes de sargentos e oficiais da Marinha.

Quanto à coordenação e uniformização entre os ramos, este EMFAR é prova mais acabada da descoordenação existente, do espírito de *quintilhas* reinante, da falta de uma estratégia comum, de objectivos comuns. É tão notório, que já alguém, depois de o ter estudado, perguntou se aquilo era um estatuto para os militares das FFAA ou uma colectânea de três estatutos plasmados num mesmo *livrinho*. É o que parece.

Entre o ministro e os ramos, quanto à coordenação, não melhoramos nada. Talvez, até pelo contrário. Só

um exemplo: como compreender o projecto do ministro para a unificação da formação militar - seja, também, lá isso o que for - em que se declara pretender que no espaço de quatro anos todos os sargentos tenham pelo menos o 2º ano de formação de nível superior, com o retrocesso funcional e a **inexistência**, persistente e premeditada, de uma **Escola de Formação de Sargentos na Marinha**? E já agora, como enquadrar esta intenção à luz da disparidade entre as caracterizações funcionais dos ramos? Não se entende, simplesmente porque não há coordenação, ou melhor, porque também não há projecto, ou ainda melhor: o projecto que há não é compatível com estes interesses, pequenos e nacionais, mas muito

mais amplos e europeus, quiçá mundiais, à luz da revisão do estatuto da NATO. Nada ao nosso nível, portanto. Os nossos problemas, pequenos mas nossos, continuarão aí...

E Portugal? E a defesa militar da soberania nacional e da integridade do território - vias marítimas incluídas? Neste momento, o envelhecimento e carência de meios materiais e humanos é tão dramático que até aquilo que se pensava ser a nova missão das FF AA, a integração em forças multi-nacionais, está em causa.

Mais uma vez fica claro que a **modernização, reestruturação, profissionalização das FFAA**, seja lá isso o que for, não passam de sombras bruxuleantes ou cenouras. Senão, não ficavam para trás. ●



# Os 25 Anos do 25 de Abril

## As comemorações continuam

A passagem das bodas de prata do 25 de Abril propiciou, de norte a sul do país, um reforçado conjunto de iniciativas comemorativas.

Realçam-se as iniciativas que visaram, através de documentos da época, transmitir a todos os que não viveram a realidade ajuizar sobre ela, não a partir de uma leitura de alguém, mas a partir dos dados.

Neste quadro, merece especial apreço o programa da RTP2, do dia 25 de Abril, com Fernanda Mestrinho e Diana Adringa. Cobrindo vários aspectos de 74 a 76/77 e levando a estúdio protago-

nistas da altura, foi, em nossa opinião, um dos mais ilustrativos programas sobre o 25 de Abril.

Não o 25 de Abril militar, mas o 25 de Abril da movimentação e participação popular. E foi interessante ver e ouvir, no fim do programa, três jovens que assistiram ao mesmo revelarem terem ficado com uma outra ideia do 25 de Abril, ou, como disse um deles, "o programa obriga-o a reconstruir a sua ideia do 25 de Abril", e deixou no ar a pergunta sobre "qual a razão porque esse 25 de Abril tem sido escondido?"

As comemorações vão continuar. ●



## NATO



Na Cimeira de Washington, em Abril, a NATO aprovou o seu novo conceito estratégico. A Cimeira, que tinha também por objectivo a comemoração dos 50 anos da Organização, decorreu sobre o peso da guerra à Sérvia, dos mísseis, dos desalojados, dos "danos colaterais" (*já se tinha ouvido chamar muita coisa, esta veio enriquecer o nosso vocabulário*). Bom, mas não é esta a razão deste breve apontamento, mas o novo conceito estratégico da NATO.

Com o novo conceito a NATO deixou de ser uma Organização defensiva e passou a ser ofensiva. Deixou de actuar no quadro da ONU, mas sempre que lhe apeteça. Deixou de ter limite geográfico. Esta é uma NATO completamente diferente e é bom que tenhamos consciência disso.

A esta NATO há quem contraponha a necessidade de criar um bloco europeu que faça frente ao domínio dos EUA. Mas, perguntamos: Se assim é, não é porque os responsáveis políticos europeus o permitiram? E com o novo conceito estratégico da NATO a ONU, os seus princípios fundadores, a sua Carta, não levou um brutal e rude golpe? E, perguntamos: Se assim é, não é porque os responsáveis políticos europeus o permitiram?

Deixamos ficar estas perguntas aos nossos leitores, porque parece-nos que o problema não é criar mais não se sabe o quê, mas refletir nas razões que conduziram aquilo em que se transformou a NATO. ●

## Turquia mata curdos

Com este título, o jornal Público, de 11/4/99, duas semanas após o início dos bombardeamentos da NATO à Jugoslávia, numa página do interior publicava discretamente esta pequena nota:

*"As forças de segurança turcas mataram 44 guerrilheiros curdos e perderam oito soldados numa ofensiva desencadeada em território curdo do Norte do Iraque, anunciaram fontes militares da Turquia. Cerca de cinco*

*mil turcos participaram na incursão feita ao país vizinho, em perseguição dos curdos."* (sublinhado nosso).

O norte do Iraque, recorde-se, é uma zona de exclusão aérea para a aviação deste país, determinada pelos EUA, no seguimento da guerra do Golfo, com o alegado objectivo de impedir o governo do Iraque de levar a efeito... massacres e "limpezas étnicas" de curdos. Mas a Turquia... ●

### MINISTRO DEMITIU-SE

Já com este jornal pronto a entrar na máquina ouvimos na rádio a notícia da demissão de Veiga Simão de MDN, não nos sendo possível desenvolver qualquer notícia sobre o assunto além desta nota. ●

## Presidente da República condecorou com a Ordem da Liberdade marinheiros tarrafalistas

No dia 21 de Maio, na Presidência da República, foram agraciados, por S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República, com a Ordem da Liberdade, Grau de Comendador, os cinco, ainda vivos, marinheiros tarrafalistas, da Revolta do 8 de Setembro de 1936, hoje sargentos ajudantes: Armindo do Amaral Guimarães, Joaquim de Sousa Teixeira, José Barata, José Neves Amado, Josué Martins Romão e, a título póstumo, António Diniz Cabaço, por ter falecido após a apresentação da proposta de condecoração.

Este acto foi um momento de grande emoção e de profundo respeito, e que muito sensibilizou e honrou os agraciados.



Esta condecoração honra todos os marinheiros e todos os militares que lutam pela dignidade da Instituição e da Pátria Portuguesa.

Que o seu exemplo seja apontado, como referência, às jovens gerações. ●

## Campanha do Tijolo

A ANS precisa de se expandir e para tal decidiu adquirir um novo espaço para sua sede social

A operação financeira vai ser realizada através de um Crédito à Caixa Geral de Depósitos, a ser pago pelo equivalente ao que se pagaria por uma renda dum espaço equivalente, com a diferença que o espaço em questão vai passar a constituir património da ANS, portanto, de todos nós!

Com vista a que as despesas inerentes ao fecho do negócio não ponham em causa as actividades normais da Associação, que são em última análise a razão da nossa existência, ou seja, o desenvolvimento do associativismo militar, a dinamização dos núcleos e o apoio aos delegados, a manutenção constante de um canal de diálogo e sensibilização junto do Governo e do Ministério da Tutela, bem assim, como a sua presença cada vez mais efectiva e constante na

EUROMIL, agora também através do nosso membro eleito para o seu Comité Executivo, decidiu a Direcção, com o apoio de grande número de associados, lançar a chamada CAMPANHA DO TIJOLO, que se consubstancia na aquisição de tijolos miniatura pelo preço simbólico de 1.000\$00 a unidade, com vista a criar um fundo de manêlo que permita fazer face às diversas despesas que uma tal aquisição implicam.

Colabora, adquirindo o teu tijolo! Dirige-te ao Delegado da tua Unidade, estabelecimento ou Órgão, e caso este não exista, entra em contacto com a nossa Sede para obteres informações. Se quiseres, podes também fazer o depósito dos teus donativos, independentemente da aquisição dos tijolos, na conta da CGD abaixo indicada. ●

Conta da CGD: 0035.0514.00033061530.26